Automedicação e uso racional de medicamentos: A orientação farmacêutica como instrumento de Segurança do paciente

Self-medication and the rational use of medicines: Pharmaceutical guidance as a tool for patient safety

Automedicación y uso racional de medicamentos: La orientación farmacéutica como instrumento de seguridad del paciente

Keyla Liana Bezerra Machado

Editorial

10.70430/rev.cedigma.2026.v4.12.105

Data de Submissão: 23/10/2026
Data de Publicação: 08/11/2026

Este é um artigo distribuido em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY-SA

A automedicação consiste em uma questão persistente de saúde pública, especialmente quando medicamentos são utilizados sem avaliação dos sintomas, das condições clínicas e dos riscos envolvidos. O acesso facilitado, a recomendação de familiares e o reaproveitamento de tratamentos anteriores favorecem decisões que podem comprometer a segurança do paciente. O autocuidado responsável demanda informação qualificada sobre indicação, dose, duração do tratamento e necessidade de avaliação profissional. Nesse vértice, a orientação farmacêutica representa uma intervenção clínica e educativa responsável por reduzir danos evitáveis (Organização Mundial da Saúde, 2024).

Nesse interim, a prática também ocorre entre pessoas com acesso a informações técnicas. Em um estudo com 248 universitários mineiros, 67,3% relataram automedicação. Outra investigação, publicada em 2026, identificou o comportamento em 84,8% de 237 estudantes da área da saúde. Esses percentuais descrevem amostras específicas, sem representar toda a população brasileira, não obstante demonstram que familiaridade com conhecimentos em saúde não assegura decisões terapêuticas seguras. A percepção de autonomia pode coexistir com subestimação de efeitos adversos e contraindicações (Cecilio *et al.*, 2024; Silveira *et al.*, 2026).

Mister destacar que os medicamentos isentos de prescrição dispõem de função legítima no manejo de condições de menor gravidade, conforme critérios estabelecidos pela vigilância sanitária. No entanto, a dispensa de receita não significa ausência de risco. O uso repetido de analgésicos, anti-inflamatórios e preparações para sintomas respiratórios pode envolver duplicidade de princípios ativos, interações e mascaramento de manifestações clínicas. Devido a isso, a avaliação farmacêutica deve investigar os produtos já utilizados, a duração da queixa, as doenças preexistentes e os sinais que justificam encaminhamento médico (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2026).

[1] Farmacêutica, mestra e doutoranda em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Pós-graduada em Atenção Farmacêutica pela FaSouza. Pós-graduada em Farmácia Clínica e Hospitalar pela FACULESTE.

Nesse diapasão, cefaleias recorrentes, dor persistente ou febre prolongada ilustram situações em que a repetição de medicamentos pode retardar o reconhecimento de problemas que requerem investigação. A atuação farmacêutica inclui escuta, triagem, orientação não farmacológica e encaminhamento oportuno, de acordo com a gravidade e a evolução dos sintomas. Ademais, em um ensaio clínico randomizado por conglomerados realizado na Espanha, a adoção de um serviço estruturado para problemas menores aumentou a identificação de critérios de encaminhamento médico nas farmácias participantes, reforçando a utilidade da avaliação sistemática (Amador-Fernández *et al.*, 2022).

Paralelo a isso, o cuidado demanda atenção especial a pessoas idosas, gestantes, crianças e pacientes com multimorbidade, alterações renais ou hepáticas e uso de vários medicamentos. Nessas circunstâncias, a mesma substância pode apresentar riscos distintos conforme as condições individuais e a farmacoterapia em curso. Consultas com perguntas abertas, revisão dos medicamentos utilizados e explicações compreensíveis são mais adequadas do que recomendações padronizadas. Orientar também significa verificar se o paciente entendeu a posologia, as precauções e os sinais de alerta para procurar assistência (Organização Mundial da Saúde, 2024).

Destaca-se o uso inadequado de antimicrobianos merece devido às repercussões coletivas, incluindo a resistência bacteriana. A reutilização de sobras e a busca por antibióticos para infecções virais persistem como dificuldades da prática assistencial. Uma pesquisa qualitativa com 20 farmacêuticos comunitários brasileiros descreveu, a partir da percepção desses profissionais, pressões de consumidores, barreiras de acesso a consultas e desafios de comunicação. As entrevistas não permitem estimar a prevalência populacional dessas condutas, entretanto, mostram por que regulação sanitária e educação em saúde precisam atuar de maneira articulada (Lajunen *et al.*, 2025).

Nesse âmbito, as informações divulgadas nas redes sociais podem estimular o uso de medicamentos sem considerar contraindicações ou particularidades clínicas. Incumbe ao farmacêutico orientar o usuário na apreciação crítica dessas informações, mediante o emprego de linguagem clara, precisa e adequada à sua compreensão. A automedicação também reflete barreiras reais de acesso a consultas e tratamentos, razão pela qual a educação em saúde deve integrar o fortalecimento dos serviços assistenciais (Silveira *et al.*, 2026; Lajunen *et al.*, 2025).

A consolidação dessa atuação pressupõe a disponibilidade de tempo adequado para o atendimento, o contínuo aperfeiçoamento profissional e a sistematização dos registros clínicos, ainda que em contextos nos quais as exigências de natureza

comercial possam interferir na prestação da assistência farmacêutica. Na dispensação, o farmacêutico pode identificar problemas relacionados a medicamentos, esclarecer alternativas, estimular a farmacovigilância e integrar o usuário à rede assistencial. A efetividade do cuidado farmacêutico é fortalecida mediante a incorporação sistemática dessas atividades às práticas institucionais de acompanhamento clínico e monitoramento farmacoterapêutico (Organização Mundial da Saúde, 2024).

O enfrentamento da automedicação inadequada demanda a garantia do acesso responsável a terapêuticas destinadas ao manejo de condições clínicas de menor complexidade, concomitantemente ao estabelecimento de critérios que restrinjam práticas suscetíveis de ocasionar prejuízos à saúde. Nesse átimo, a atuação do farmacêutico no âmbito comunitário possui relevância, ao possibilitar que a procura por medicamentos seja acompanhada de avaliação individualizada, baseada nas necessidades clínicas e nas particularidades de cada paciente. A segurança no uso de medicamentos deve, portanto, ser assegurada desde a etapa que antecede sua administração, mediante orientação técnico-científica criteriosa, capaz de prevenir condutas decorrentes de recomendações informais e da reutilização indiscriminada de prescrições anteriormente emitidas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Medicamentos isentos de prescrição. Brasília: Anvisa, atualização em 2026. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/medicamentos/medicamentos-isentos-de-prescricao. Acesso em: 6 nov. 2026.

AMADOR-FERNÁNDEZ, N. *et al.* Strengthening patients' triage in community pharmacies: a cluster randomised controlled trial to evaluate the clinical impact of a minor ailment service. PLOS ONE, v. 17, n. 10, e0275252, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0275252.

CECILIO, S. G. *et al.* Impacto da Covid-19 na prática de automedicação em estudantes universitários. Trabalho, Educação e Saúde, v. 22, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2368.

LAJUNEN, T. J.; SILVA, L. S.; SULLMAN, M. J. Through the pharmacist's lens: a qualitative study of antibiotic misuse and antimicrobial resistance in Brazilian communities. Antibiotics, v. 14, n. 11, p. 1074, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.3390/antibiotics14111074.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Medication without harm: policy brief. Genebra: World Health Organization, 2024. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240062764.

SILVEIRA, H. N. G. *et al.* Conhecimento, atitudes e práticas sobre a automedicação em estudantes universitários da geração Z. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 60, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0573pt.